

US\$ 6 bilhões

1.8 DEZ 1991

para rolar

GAZETA MERCANTIL

as dívidas

Pública

por Claudia Safatle
de Brasília

No primeiro dia de convocação extraordinária do Congresso Nacional, foram aprovados 67 pedidos de crédito suplementar, que resultam num total de Cr\$ 6 trilhões (cerca de US\$ 6 bilhões), o equivalente a mais de 60% de toda a receita a ser auferida pela reforma tributária de emergência, que deve ser votada hoje pela Câmara dos Deputados.

Segundo o secretário nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, do total de créditos suplementares aprovados, Cr\$ 4,7 trilhões serão destinados ao pagamento do serviço da dívida mobiliária interna e dívidas por contratos (com Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, principalmente, que representam cerca de Cr\$ 700 bilhões).

Desse montante de crédito suplementar, praticamente nada será obtido por excesso de arrecadação, pois neste ano não houve receita adicional, segundo Parente. A dívida pública será paga com recursos das disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central e o restante Cr\$ 1,3 trilhão seria de receitas adi-

cionais apuradas por uma série de taxas cobradas por unidades do próprio governo, e que retornam para as mesmas.

Hoje, na pauta da convocação extraordinária do Congresso, estão todas as medidas do ajuste fiscal para o próximo ano, além da rolagem da dívida dos estados e municípios. O projeto de lei complementar que recria o Finsocial teve mudanças importantes. A contribuição social sobre os lucros dos bancos e demais instituições financeiras deverá ser elevada de 15 para 23%, a partir do ano que vem, conforme propõe o substitutivo que foi preparado pela assessoria do PSDB, em comum acordo com a Receita Federal.

O projeto substitutivo será relatado em plenário pelo deputado César Maia (PMDB-RJ), que é totalmente favorável aos seus termos, que também isenta as empresas exportadoras do pagamento do Finsocial.

Aumentar em 8% a contribuição sobre o lucro do sistema financeiro foi a maneira encontrada para fazer com que esse segmento da economia contribua com o financiamento da seguridade social.

(Ver página 9)